

HABEAS CORPUS Nº 494.372 - SC (2019/0048565-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FLÁVIA STRINGARI MACHADO - SC035072
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : C R T (PRESO)

DECISÃO

CLEBER RODRIGO TRINDADE alega sofrer constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, que denegou a ordem postulada no HC n. 4000197-77.2019.8.24.0000.

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito descrito no art. 215-A do Código Penal.

A Corte local, a medida extrema foi substituída por medidas cautelares diversas, nos termos no art. 319 do Código de Processo Penal.

A defesa aponta ilegalidade na imposição da medida de recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga, pois "equipara-se, materialmente, à prisão domiciliar, mas sem direito à detração penal" (fl. 7). Nesse sentido, afirma que é excessiva a cautela e requer, **liminarmente**, a sua revogação.

Decido.

A Corte local assim concluiu pela substituição da prisão por medidas cautelares diversas, incluindo a de recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga:

[...]

In casu, ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, a Autoridade apontada como coatora decidiu:

"[...] **Trata-se de situação inusitada, vez que inicialmente foi preso em flagrante pela prática**

do crime previsto no art. 215-A do CP, sendo que posteriormente conforme autos n. 0002330-71.2018.8.24.0041, foi realizado um novo flagrante em razão dos crimes dos arts. 250 e 163 do Código Penal.

Não cabe analisar nesta fase o mérito da situações, apenas a existência de materialidade e indícios de autoria, e sendo assim considerando os crimes hora em comento entendo necessária a adoção da prisão cautelar, considerando-se também a reincidência, decreto pois a prisão preventiva com base no art. 312 e 313, I e II do CPP. [...]" (p. 42).

Observa-se que a decisão carece de qualquer fundamentação acerca das particularidades do caso concreto que justifiquem a medida constritiva, não a presença de indícios de autoria e de materialidade delitiva ou as razões pelas quais a providência excepcional deveria ser decretada, baseando-se unicamente nos "crimes hora em comento" e "na reincidência" de maneira extremamente genérica, em afronta ao art. 93, IX da Constituição Federal.

É cediço que para que são pressupostos da prisão preventiva o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*. Entretanto, ainda que o paciente tenha supostamente praticado três delitos - e **considerando que referida decisão abrangeu ambas as ações penais - e ostente prévia condenação pelo crime de furto, cuja decisão condenatória transitou em julgado em 30.07.2018** (p. 41), é necessário fundamentar, ainda que sucintamente, a necessidade da decretação da prisão preventiva, uma vez que constitui medida excepcional no ordenamento jurídico.

[...]

Com efeito, a conduta do paciente, por si só, não pode dar ensejo à prisão cautelar, sem que haja fundamentos concretos para tanto.

[...]

Portanto, ausente embasamento idôneo na decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente em preventiva acerca dos requisitos previstos nos art. 312 e 313 do Código de Processo Penal, de rigor a aplicação de outras medidas cautelares em substituição, nos termos dos artigos 282 e 319 do Código de Processo Penal (fls.

171-174, grifei)

Na espécie, verifico que **os elementos apresentados pelo Juízo de primeiro grau, por si só, não serviram para denotar a periculosidade exacerbada do investigado**. As circunstâncias apresentadas, segundo a Corte local, não podiam ensejar a imposição da prisão preventiva, se outras medidas menos invasivas se mostraram suficientes e idôneas para os fins cautelares, especialmente para o objetivo de evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, CPP).

Por outro lado, **à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011**, o Tribunal local considerou cabíveis medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal (**inclusive o recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga**) como meio suficiente e adequado para obter o mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa, **as quais, em princípio, entendo proporcionais, tendo em vista a reiteração delitiva do acusado**.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo e primeiro grau e à autoridade apontada como coatora.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Em tempo, corrija-se a autuação, tão somente para que conste o nome do paciente por extenso, tendo em vista que, na espécie, não há motivo legal para a ocultação da identidade do réu. O segredo de justiça a que alude o art. 234-B do Código Penal visa à proteção da vítima, o que, no presente caso, não deixará de ocorrer com a publicidade dada ao nome do suposto autor das condutas narradas, como se faz em relação a autores de quaisquer crimes.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**